

e sob o comando do deputado Blota Júnior. Por que indagar da entranha do orçamento, que realmente se constitui numa peça nefanda, numa vergonha! Quero falar, alto e bom som, para que V. Exas. saibam que na verdade vão votar uma vergonha que o Governador Adhemar de Barros mandou para a Assembleia, numa demonstração total de que regeia o Poder Legislativo a um plano secundário e, ao invés de mandar um orçamento autêntico, manda um orçamento esdrúxulo, mas, em contraposição, dá ao Partido Republicano uma Secretaria, em compensação tira da Secretaria da Saúde o Prof. Zeferino Vaz, um cientista sob todos os aspectos, para mandar a Secretaria um político-partidário, desmontando a Secretaria da Saúde — esta é a verdade —, para receber em troca este orçamento que é uma vergonha! Podem, Srs. deputados da maioria! Mas estarão dando ao Poder Executivo um cheque em branco, que se constituirá na maior vergonha da história deste parlamento paulista, vergonha incomparavelmente maior do que aquela que queriam gritar os deputados da oposição de ontem, o deputado Hilário Torloni, o deputado Marco Antônio e outros deputados, cujos discursos estão consagrados nos Anais do parlamento paulista.

Vou dar o aparte ao deputado Baptista Botelho. Mas devo dizer-lhes, deputados que Guilherme Mojeen, no seu "Orçamento Público" explica a verba global e a verba parcial. O orçamento será uno, incorporando-se à receita obrigatoriamente, todas as rendas e recebimentos, incluindo-se discriminadamente, na despesa, as dotações necessárias ao custeio dos serviços públicos". Lefam, Srs. deputados, a boa doutrina e não se curvem ao Poder Executivo, como só acontece com essa maioria esdrúxula, se curva ao tacão dos Campos Elísios. Isto é uma brincadeira, da Assembleia. Aliás, é da própria essência do Poder Legislativo: Votar o orçamento é brincadeira. Votar a lei de meios é brincadeira... Quase tudo na Assembleia se constitui em verdadeira panacéia porque a ordem emana do chefe do Poder Executivo, através da propina, da benesse, através de uma série de detalhes que realmente cumpre verificar. A boa doutrina nos obriga a que não aceitemos esse orçamento, porque se constituirá num "capitis diminutio" máxime para o Poder Legislativo que temos a honra de representar. Sei que V. Exas. têm também a honra de pertencer ao Poder Legislativo, mas não se preocupam tanto em esmiuçar o bom doutrinador, o Regimento da Casa e os tratadistas da Constituição.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — Grato pelo aparte.

O Sr. Baptista Botelho (Com assentimento do orador). — Nobre deputado Farabulini Júnior, assim que prestamos o juramento nesta Casa, nós anunciamos que deixamos a amizade e eventuais inimizades, lá fora. Nesta Casa não temos amigo nem inimigo. Temos apenas uma cabeça, feia, cabelo despenhado, mas para pensar, para analisar. E vejo, para tristeza do Parlamento de São Paulo, para tristeza de São Paulo, uma Assembleia que vai aprovar, segundo nos parece, um orçamento que nós consideramos, como V. Exa. esdrúxulo, sem nenhuma justificativa. Eu queria e quero aprovar. Eu queria e quero votar a favor das boas causas. Entretanto, iniciaram-se os debates às 10 horas e nenhuma justificativa cabível, capaz de convencer, surgiu neste Plenário. Nenhuma explicação surge neste Plenário. V. Exa. acusa os deputados de aderirem ao Governo. Nós queremos reafirmar mais uma vez — porque quando a "letra sem caráter" passou há poucos dias nesta Assembleia, aconteceu o mesmo fato — que para tristeza de São Paulo, para infelicidade do Brasil inúmeros e inúmeros partidos políticos de São Paulo têm cabeça para enfiar o corpo, para colocar chapéu. Não têm nenhuma ideologia política. É lamentável, nobre deputado. Só porque o Governo de São Paulo recebe hoje o Governo da República, cumprindo apenas uma obrigação protocolar, o P.T.B. aqui comparece em massa, firme, e nenhuma explicação dá. Nenhuma justificativa tem a dar a São Paulo, não a mim.

Ideologia completamente diversa, completamente diferente. Só o comando do II Exército é que apóia a ideologia política do Governo de São Paulo condenada por todas as bancadas petebistas do país. O P.T.B. de São Paulo causa-me estranheza. Não entendo e gostaria que o P.T.B. de São Paulo explicasse, não só a mim, mas ao próprio povo de São Paulo. Não sei que ideia é esta, que filosofia é esta, que pensamento é este. Então voltamos aqui a pronunciar os termos que usamos quando da discussão da Lei de Caráter Financeiro, quanto ao velho e incansável Getúlio Vargas. Nós conhecemos o velho P.T.B., aqueles petebistas de mãos deformadas pelo trabalho honrado e que até hoje adoram a imagem de Getúlio. E este o P.T.B. de ideologia, que cumpre as suas próprias diretrizes. Entretanto o P.T.B. de São Paulo abraça o Presidente da República para conseguir despachos, e na hora da ideologia parte para a reação, parte para dar condições ao Governo de São Paulo a fim de esmagar o trabalhador que entra em greve, oferece-lhe meios para espancar o trabalhador getulista de coração, trabalhista de coração, como os ferroviários da Sorocabana. E posso afirmar ao nobre deputado Farabulini Júnior que se for à choupana de um desses trabalhadores encontrará o retrato de Getúlio Vargas ao lado de Nosso Senhor Jesus Cristo e de Nossa Senhora Aparecida. Disse desde o início que aqui se trata de defender ideias. Esta cabeça, com este cabelo deste jeito, muitas vezes não consegue expressar, exprimir o seu pensamento, mas é para pensar, é para decidir de acordo com o coração. Eu pensei que o P.T.B. também era assim. Eu pensei porque conheço os petebistas, aqueles petebistas de Culabá, que conheço des-

de a minha meninice e que adoram Getúlio até hoje, com a ideia do trabalhismo verdadeiro, com a ideia do nacionalismo que o seu chefe, o presidente nacional do P.T.B. continua pregando, pelo menos pregando. Há quem diga que ele só prega e não pratica, mas pelo menos prega, pelo menos hoje esteve em São Paulo pregando as ideias de Getúlio, enquanto o P.T.B. de São Paulo continua abraçado ao Governo de São Paulo, que prega o reacionarismo. Não entendo. É preciso que o P.T.B. explique. Quem sabe se dará uma explicação com a qual eu até possa concordar... Eu sou daqueles deputados que pede esclarecimento. Inculto, incapaz, não tive a felicidade de passar por escolas, não tenho "Dr.", não costumo polir as unhas.

Quando um deputado esclarecido, um deputado competente, um deputado que usa anéis e diplomas enrolados debaixo do braço, como os há no P.T.B., pudesse dar-nos um esclarecimento convincente, votaríamos com ele, sim, e assim: por diante. Assim seria com o velho jequitibá, que entendo, que compreendo como madeira de lei que não caruncha.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Já carunchou.

O Sr. João Batista Botelho — Não caruncha, não. O jequitibá apodreceu. Falamos. E fomos até advertidos pelo ilustre presidente do Partido Republicano, pessoa que nós admiramos, embora conheçamos os seus altos negócios com o Sr. Laudo Natel, já ouvimos falar deles.

Mas não é esse o problema. Já viemos aqui, para falar disso, mas não é esse o problema que está em jogo. O problema é o velho jequitibá, pois dizem que ele não caruncha mas para nós já apodreceu, o que não aconteceu com o P.S.P., que merece o nosso respeito. Eles, os pespescistas, sabiam que o Adhemar era assim mesmo. Não sabiam eles que o Adhemar fugiu para Cocha-bamba, que saiu do porta-malas de um automóvel? Isso não é segredo. O Brasil todo sabe disso, o exterior todo sabe também. O Paraguai foi quem o recebeu primeiro. Depois ele emigrou para a Bolívia. Dessa maneira, os pespescistas merecem o nosso respeito. Estão defendendo o que acham certo. Mas aqueles que condenaram o Sr. Adhemar de Barros, numa campanha que não esqueci, e fizeram um sério compromisso, os que pregaram em comícios, que apoiaram o Sr. José Bonifácio, vários do Partido Democrata Cristão — que Cristo não saiba disso — e que condenaram com veemência os processos ademeristas, não podem contar, na sua totalidade, com a nossa admiração. Vários dos Srs. deputados diziam que não poderiam deixar o Governo para Jânio, porque este havia fugido, e que não poderiam deixá-lo também nas mãos da corrupção. Agora, diz o nobre deputado Arruda Castanho, não deixam as grammas do Palácio, que se ressentem da falta de chuva. Massacraram a grama do Palácio constantemente. E assim, nobre deputado, temos aí o Partido de um deputado de nome meio difícil de pronunciar, Ubirajara Keutenedjian, que também segue a mesma diátria. Nós temos autoridade para dizer isso, porque, há poucos instantes, discursamos da tribuna para defender o veto do Governador, que achamos certo. Gostaria de que o P.T.B. de São Paulo, de que o P.R. pode, de que o "quedelarjan" apoiassem o Governo de São Paulo; de graça, sem custar ao Estado, sem custar ao nosso bolso, sem custar ao bolso do povo, ao bolso do trabalhador. Deixamos de analisar o P.S.D. E' como biruta, vira para onde o vento dá. Não há argumento para o P.S.D. Gostaria de que, quando o Governo precisasse do P.R., do "quedelarjan", do P.D.C., do P.S.D. os convidasse para colaborar, sem nenhuma "barganhologia", porque ideologia mesmo não existe neste caso.

E assim, nobre deputado, perdoe-me ter tomado seu tempo. Vou encerrar porque certamente há deputados do P.T.B., do P.S.T. e dos outros partidos que usam a "barganhologia" e a "negociologia" que desejam pronunciar-se. Desde que o P.T.B., desde que o P.R., desde que outros partidos nos mostrem a verdade e a realidade votaremos a favor, porque somos daqueles que erram porque pensamos que estão certos, mas, verificando o erro, temos soberania para voltar atrás, e disto nos orgulhamos.

O Sr. Ubirajara Keutenedjian — V. Exa. permite um aparte?

O SR. FARABULINI JÚNIOR — O nome de V. Exa. não foi citado.

O Sr. Ubirajara Keutenedjian — O nobre deputado João Batista Botelho é deputado novo nesta Casa, apesar de ter certa idade. Se fosse mais antigo saberia que sendo oposição ao Sr. Jânio Quadros jamais fui à Palácio para pedir qualquer coisa a ele, apesar de ter sido convidado várias vezes para participar de sua orientação. Estamos apoiando o Sr. Adhemar de Barros no orçamento porque achamos que o Prof. Carvalho Pinto podia e teve muito tempo para fazer seu Plano de Ação, porque ele era quase o governo do Sr. Jânio Quadros e já a continuação do governo do Sr. Jânio Quadros. Sr. Adhemar de Barros não foi continuação do Sr. Carvalho Pinto. O nobre deputado João Batista Botelho, que fala tanto em povo, deve lembrar que o povo quis mudar, o povo votou no Sr. Adhemar de Barros. Então, este ano vamos dar um crédito de confiança ao Sr. Adhemar de Barros para que possa ter tempo de apresentar seu plano, que já informou que vai ser mandado a esta Casa. Ou acreditamos no povo e damos o crédito de confiança ao Sr. Adhemar de Barros, como lhe deu o povo, ou então não somos representantes do povo, somos representantes de nós mesmos, e nisto posso dizer que quem usa cuida,

aquêle que faz acusações a determinada corrente política sem base, sem certa finalidade. Tenho meu passado, acho que devemos dar a oportunidade ao governo naquilo que for possível, dentro da fiscalização necessária, dentro naturalmente do exame da matéria. Tenho um ponto de vista e só o tempo poderá dizer se estou certo ou se estou errado. Hoje, pouca gente pode dizer que está certo.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — Deputado Ubirajara Keutenedjian, reconheço tratar-se de um homem estudioso, mas se V. Exa. estudou os problemas econômicos não poderá absolutamente autorizar, em sua consciência, quer pertença ao governo ou não, a votação pura e simples de um orçamento que traz no seu bojo 123 bilhões de cheque em branco. O orçamento, nobre deputado, é de 515 bilhões, dos quais 123 se constituem num cheque em branco, ao arrepio das normas constitucionais, e, mais do que das normas constitucionais, das administrativas, das normas morais, porque um governo não pode ter o topete nobre deputado, o topete de enviar a uma casa das leis que tem 115 representantes eleitos pelo povo, no Estado-mãe da Federação, enquanto que em outros Estados o orçamento é votado, sim, mas são verbas específicas, tendo em vista inclusive determinados setores especializados da administração pública em São Paulo.

Este Governador tem o topete de solicitar à Assembleia esta dotação que curvará a Assembleia por inteiro diante do Poder Executivo e o tacão de S. Exa. pairará menos sobre os nossos ombros que não vamos aos Campos Elísios, menos sobre os nossos ombros, repito, do que sobre os ombros de V. Exas. que despacham regularmente com S. Exa. o Sr. Governador do Estado. Como V. Exa., nobre deputado Ubirajara Keutenedjian, é líder de bancada, Presidente de partido e é um homem estudioso e inteligente, eu apelo para V. Exa., para que V. Exa. possa finalmente orientar os seus pares e reconheço na sua bancada homens realmente limpos e autênticos, como é o caso do nobre deputado Euripedes de Castro, Domingos Facchini, Adhemar Monteiro Pacheco, de V. Exa., e outros mais, mas não posso admitir que V. Exas. aprovem este orçamento, e mais nobre deputado Ubirajara Keutenedjian, e mais do que a verba de investimentos, mais do que isto, a verba de pessoal variável.

O Sr. V. Exa. não aparte para depois dizer-lhe desta manobra torpe do Governo na verba de pessoal variável onde o Governo solicita bilhões e bilhões para empreitar trabalhos, para nomear livremente e para criar uma nódoa na administração pública.

O Sr. Ubirajara Keutenedjian — Nobre deputado Farabulini Júnior, é um deputado coerente, um deputado lutador. V. Exa. já foi deputado janista, é hoje um deputado oposicionista.

Quanto à verba de 123 bilhões de cruzeiros oportunamente terei oportunidade de falar sobre a mesma e nesta ocasião darei meu ponto de vista a respeito.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — Então, nobre deputado, dizia eu que sob o aspecto do direito positivo, julgo esta dotação orçamentária que, percebo, a maioria parlamentar deseja dar ao Governo, reputo-a a um tempo inoportuna, porque não vem precedida dos planos governamentais, a outro tempo é inconstitucional e ou outro tempo ainda, imoral. Por que imoral, Srs. deputados? Porque na realidade a imoralidade resulta da inobservância total ao princípio da independência e da harmonia dos poderes; pretende o Sr. Governador estabelecer a "capitis diminutio" em relação à Assembleia e eu tenho pena de V. Exas. quando forem despachar com o Sr. Governador, quando forem cobrar de S. Exa. as horas intermináveis que passaram na Assembleia e tenho certeza de que o Sr. Governador lhes responderá com negativas, com as negativas que costuma atender os representantes do povo, porque a essa altura os seus apetites já estarão atendidos de sobejo e pouco importará o peso da representação popular, ao menos por um ano ele ficará descansado, e o outro ano, já o terceiro da Assembleia, época de eleições obrigará o deputado a se afastar desta Assembleia e o levará para as ruas e aí então o Governador exigirá de novo o que bem entender, para exigir de novo a politicagem e eu estranho que V. Exas., de partidos que não seja o PSP, quanto ao PSP nada há a opor, porque S. Exas. são autênticos, uma vez que o governo é do PSP. Mas, pergunto aos demais partidos políticos que estabelecem a barganha, que estabelecem a troca, que estabelecem tudo que fazem à custa de um prato de lentilhas, à custa de benesses e, em troca, dão ao Poder Executivo 123 bilhões de cruzeiros, e mais alguns bilhões de cruzeiros na verba de pessoal variável.

Vejam aqui, Srs. deputados: Gabinete do Sr. Secretário da Segurança Pública — nada mais nada menos do que 110 por cento de aumento no pessoal variável. Vale dizer: o Sr. Secretário da Segurança Pública poderá admitir a seu bel-prazer, quem bem entender, na verba do pessoal variável. Aqui, no Departamento de Administração, nada menos do que 100% de aumento no pessoal variável; aqui, no Departamento de Educação, nada menos do que 100% do aumento no pessoal variável. Na Força Pública, 400% de aumento. E assim vai Srs. deputados. Na verba "Educação para Adultos", para pessoal extranumerário, 400% de aumento.

Pergunto a V. Exas.: o Governo vai admitir mais professores, o governo vai ad-

mitir mais técnicos de educação? O Governo vai estabelecer a melhor medida na Pasta da Educação?

Desafio V. Exas., porque V. Exas. conhecem bem o famigerado Padre Januário Baleeiro da Silva, cujo nome, realmente, aí está nas quatro paredes desta Assembleia e nas ruas da cidade. O Secretário da Educação é conhecido de sobejo como mal-baratador contumaz das verbas do poder público.

Pergunto aos Srs. deputados do governo: vão solicitar ao Governador a admissão de técnicos à altura das necessidades do Estado de S. Paulo com essa verba? Acredito que não. Poderão — quem sabe? — solicitar um serventinho aqui, outro serventinho acolá, para estabelecer a velha pragmática divisionista a que não foge nenhum deputado conservador, que ontem era da oposição e que agora é do governo. O deputado conservador, que permanece sempre no governo, seja qual for o governador, poderia ser até o Governador Carlos de Lacerda, para argumentar — que Deus não permita a heresia, mas, sei que alguns deputados da UDN, poucos, quem sabe, um estaria ainda com S. Exa. em S. Paulo. Ora, na Diretoria do Serviço Escolar do Instituto Pedagógico do Ensino Industrial, 370 por cento de aumento no pessoal variável. Pergunto: para esse Instituto o Governo programou alguma coisa de capital e fundamental e que deu ao ensino industrial realmente a melhor medida? Posso lhes responder, Srs. deputados: o governo não cuidou de coisa alguma no que tange a um processo de aplicação para atender às necessidades do ensino industrial, mas admite a hipótese de 370% de aumento.

O Sr. João Batista Botelho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. FARABULINI JÚNIOR — Vejam V. Exas.: para o Serviço de Erradicação da Malária, aumento de 600%, no pessoal variável.

Quero dizer-lhes que, na verdade, o Serviço da Malária deixa muito a desejar. Mas, não será com o pessoal variável que o Governador vai admitir a seu bel prazer que se solucionará o problema da malária em nossa terra.

Concluo, Srs. deputados. Vejam V. Exas. Sómente no Gabinete do Sr. Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda, 450% de aumento do pessoal variável. E ainda vêm deputados à Assembleia — não digo o Governador, nobre deputado João Batista Botelho — apregoar por aí que querem o aumento do imposto de vendas e consignações, para pagar o funcionalismo.

Querem jogar o funcionalismo contra o povo de São Paulo. Pretendem jogar o funcionário que trabalha, o funcionário que atua, o funcionário que nós defendemos, contra o povo de São Paulo, dizendo que o governo precisa do imposto de vendas e consignações, o imposto da fome, para pagar ao funcionalismo. Milhões e milhões, da maior parte da verba do pessoal variável o governo poderá lançar mão para pagar tranquila e mansamente o aumento do funcionalismo, sem lançar mão do aumento do imposto de vendas e consignações. O Governador Adhemar de Barros, o "cordeiro", com as garras que tem e que costuma usar, ele, esse Governador espúrio, ele, sim, com a mão de gato, pretende conquistar o aumento do imposto! Eu quero ver se há aqui nesta Assembleia algum deputado capaz de apresentar a emenda aumentista! Quem sabe se não aparecerá um para apresentar a emenda! E só pode ser deputado da maioria parlamentar, esta maioria parlamentar que se constitui num verdadeiro rôlo compressor e que obedece às determinações do "cordeiro" cujas garras nós conhecemos bem, este espúrio Governador de São Paulo que não tem a coragem cívica para dizer com clareza o que deseja da Assembleia. Manda para cá um orçamento esdrúxulo e apregoa aos quatro cantos que não quer o aumento do imposto. Mas, na verdade, nenhum deputado do governo assoma à tribuna para dizer que o imposto não é preciso e que não virá para cá o seu aumento. Eu sei até de um deputado que tem uma emendinha preparada para colocar na lei de caráter financeiro, que, se não entrou ainda para a Assembleia, deve estar entrando nestes dias, deputado Valério Giuli, para que na madrugada nós, deputados, sejamos obrigados a engolir o aumento do imposto. Mas quero garantir que convocarei o povo nas praças para que venha a esta Assembleia, e o povo então, diretamente com os seus representantes, fará aquilo que realmente deva fazer. Que o povo compareça em massa a esta Assembleia para obrigar, para impedir, para tripudiar até em cima dos representantes do povo se na verdade estes aumentarem o imposto de vendas e consignações.

O Sr. Baptista Botelho (Com assentimento do orador). — Nobre deputado, o meu aparte refere-se a quando V. Exa. lembrou do célebre Januário de Jesus e Silva (que Jesus não ouça isto), o aumento extraordinário das verbas para a Secretaria da Educação. Uma Secretaria da Educação que só transfere, que só nomeia, que só remove, pagando, conforme a região, 100 mil cruzeiros para remover uma professora ou um professor, conforme ainda a região, 200 mil cruzeiros. Conforme o cargo para nomeação, nomeia-se até por 50 mil cruzeiros. Eu sei de um comissionamento de Valparaíso para Araçatuba, comissionamento barato, de 30 mil cruzeiros. Conforme também, certamente, o agenciador dos negócios da Secretaria da Educação. Certamente há algum agenciador que cobra mais caro e outro que faz mais barato. Com certeza deve ser assim.

O certo é que se remove, dando-se dinheiro. Mas, infelizmente é um problema, nobre deputado Farabulini Júnior, e virá